

## RESENHA

### O controle do rádio nos regimes de Vargas e Salazar

*The control of radio in the Vargas and Salazar regimes*

*El control de la radio en los regímenes de Vargas y Salazar*

Erivelto Amarante

A obra de Izani Mustafá, intitulada “O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945”, apresenta em cinco capítulos uma análise comparativa detalhada do papel do rádio como ferramenta de propaganda nos regimes autoritários de Vargas (Brasil) e Salazar (Portugal). O livro, publicado em 2024 pela Editora Insular, é fruto de uma tese de doutorado defendida pela autora e oferece um trabalho robusto que combina o rigor da pesquisa histórica com uma abordagem crítica sobre os mecanismos de controle midiático em regimes ditatoriais.

**>> Como citar este texto:**

AMARANTE, Erivelto. O controle do rádio nos regimes de Vargas e Salazar. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 15, n. 02, p. 129-140.

**Livro resenhado:**

O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945



**Sobre o autor**

Erivelto Amarante

[erivelto.amarante@ufpr.br](mailto:erivelto.amarante@ufpr.br)

<https://orcid.org/0000-0003-4158-3444>

Doutorando em Ciência Política pela UFPR, mestre em Comunicação e especialista em Sociologia Política. Graduado em Jornalismo e membro do Grupo de Pesquisa Rádio, Política e Mídias Sonoras (GP-RPM – UFMA/Imperatriz).

Com prefácio de Luiz Artur Ferraretto, professor doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um dos maiores pesquisadores do rádio no Brasil, o livro inicia com panorama sobre o uso político do rádio no período entre 1930 e 1945 pelos dois governos ditatoriais analisados. Mustafá posiciona o rádio como um dos principais meios de comunicação do século XX, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, quando este veículo se consolidou como a principal forma de difusão de informação em massa. Nesse contexto, o rádio se tornou essencial na vida cotidiana das populações urbanas e rurais.

A capacidade de atingir milhões de pessoas simultaneamente transformou o novo veículo em uma ferramenta estratégica para regimes totalitários, que viam no rádio um meio eficaz de manipular a opinião pública e disseminar suas ideologias. Nesse ponto, a autora faz uso da ideia de “propaganda moderna” elaborada por Edward Bernays, que defende que a propaganda não é meramente informativa, mas um processo de persuasão que visa manipular as massas de forma deliberada (BERNAYS, 2005).

O primeiro capítulo do livro estabelece o pano de fundo político e social no qual Vargas e Salazar consolidaram seus regimes autoritários. No Brasil, Getúlio Vargas assumiu a Presidência em 1930, após a Revolução de 1930, e, gradualmente, construiu um regime ditatorial que culminou no Estado Novo em 1937. Mustafá descreve como a crise econômica de 1929 teve um papel crucial na centralização do poder por Vargas, que usou a oportunidade para implementar políticas de controle estatal e censura. O autoritarismo de Vargas foi moldado por sua habilidade em manipular a narrativa pública por meio da propaganda política, um elemento-chave de seu regime (FAUSTO, 2001).

Em Portugal, o cenário era igualmente turbulento. António de Oliveira Salazar assumiu o poder em 1932, tornando-se presidente do Conselho de Ministros e, mais tarde, líder absoluto do Estado Novo português. Mustafá destaca a crise econômica e política que antecedeu o regime salazarista, bem como a forte dependência do país do setor agrícola. A partir da década de 1930, Salazar implementou uma série de medidas econômicas que buscavam

estabilizar o país, ao mesmo tempo em que promovia a centralização do poder e a criação de um sistema de propaganda eficiente, principalmente por meio do rádio.

O rádio emerge como um meio ímpar no processo de controle ideológico de ambos os regimes. Mustafá explora como o rádio foi aproveitado como um canal de comunicação unidirecional, que visava influenciar a população sem espaço para diálogo ou contestação. Em Portugal, a Emissora Nacional tornou-se um braço do governo para disseminar mensagens que fortaleciam o regime de Salazar. No Brasil, a Rádio Nacional seguiu um caminho similar, sendo nacionalizada em 1940 e colocada a serviço da propaganda do Estado Novo. Mustafá cita Luciano Klöckner, que descreve o impacto de programas como o “Repórter Esso”, que foram fundamentais na construção da narrativa oficial durante o regime de Vargas (KLÖCKNER, 2008).

A autora destaca que, embora ambos os regimes tenham usado o rádio de forma semelhante para consolidar suas ideologias, havia diferenças marcantes na abordagem. Vargas, com seu estilo populista, usou o rádio para se conectar diretamente com as massas, especialmente os trabalhadores urbanos, promovendo políticas sociais que o consolidaram como “pai dos pobres”. Já Salazar, com sua postura mais conservadora e distante, usava o rádio como uma ferramenta de doutrinação e preservação dos valores tradicionais portugueses, sem a necessidade de engajamento emocional com a população. Esses contrastes são desenvolvidos ao longo do capítulo, mostrando a versatilidade do rádio como ferramenta de poder.

A obra de Mustafá é eficaz ao traçar desde o início paralelos entre as situações políticas, econômicas e sociais de Brasil e Portugal, preparando o terreno para a análise mais detalhada dos usos específicos do rádio pelos dois regimes. O novo veículo, que inicialmente surgiu como um meio de entretenimento e informação, é transformado em uma ferramenta essencial para a manipulação ideológica e a consolidação de regimes autoritários (FERRARETTO, 2001).

No segundo capítulo, Mustafá examina detalhadamente o uso do rádio por Getúlio Vargas como uma ferramenta de controle e propaganda. O rádio no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, ganhou um espaço central na vida pública e política, e Vargas foi rápido em reconhecer seu potencial. A autora descreve como o governo de Vargas tomou medidas para controlar e regulamentar a radiodifusão no Brasil, permitindo que o Estado tivesse controle sobre o que era transmitido. Nesse contexto, a criação da Rádio Nacional em 1936, e sua nacionalização em 1940, foi um marco crucial. Para Vargas, o rádio não era apenas um meio de comunicação, mas uma extensão de sua capacidade de governar e influenciar as massas (LOPES, 1999).

A narrativa de Vargas, que frequentemente se dirigia aos “trabalhadores do Brasil” em seus discursos radiofônicos, consolidou sua imagem de líder paternalista. Mustafá destaca como o populismo de Vargas foi articulado através de suas mensagens de rádio, que buscavam aproximá-lo das classes trabalhadoras e criar um senso de unidade nacional. O uso do rádio para transmitir discursos que promoviam as realizações de seu governo, como a industrialização e as políticas sociais, foi essencial para manter seu poder durante o Estado Novo. A autora descreve como Vargas utilizou o rádio para sustentar seu regime autoritário, ao mesmo tempo em que se apresentava como um líder democrático.

Além dos discursos de Vargas, Mustafá explora como a Rádio Nacional desenvolveu uma programação diversificada que incluía radionovelas, programas de auditório e noticiários, todos com a finalidade de entreter e informar o público, mas sempre dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Estado. Programas como o “Repórter Esso” foram fundamentais para criar uma narrativa oficial que favorecia o regime de Vargas, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil participou do lado dos Aliados. Mustafá destaca como o controle sobre a programação permitia ao governo moldar a opinião pública de maneira eficaz, especialmente em tempos de crise.

O controle sobre o rádio foi ainda mais facilitado pelo Departamento de

Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Vargas em 1939 e dirigido por Lourival Fontes. Mustafá analisa o papel do DIP como órgão central de controle da informação no Brasil, supervisionando tudo o que era transmitido pela Rádio Nacional. O DIP também desempenhou um papel fundamental na censura da imprensa, garantindo que apenas as mensagens favoráveis ao regime fossem disseminadas. Mustafá discute o impacto da censura no Brasil durante o Estado Novo, que foi fundamental para a manutenção do controle político de Vargas.

Por fim, o segundo capítulo também aborda a relação entre Vargas e a imprensa escrita, que, apesar de ser amplamente censurada, ainda mantinha algum grau de autonomia em comparação ao rádio. No entanto, Mustafá observa que o rádio tinha a vantagem de ser mais acessível à população em geral, especialmente nas áreas rurais, onde a alfabetização era menor. Essa acessibilidade permitiu a Vargas alcançar um público muito maior, solidificando ainda mais seu controle sobre a sociedade brasileira. O uso do rádio como ferramenta de manipulação ideológica, portanto, foi essencial para a perpetuação do regime de Vargas até seu declínio em 1945.

O terceiro capítulo da obra foca no uso do rádio por António de Oliveira Salazar em Portugal. Diferentemente de Vargas, Salazar não tinha o mesmo carisma populista e preferia manter uma postura mais distante em relação às massas. No entanto, ele reconheceu o valor do rádio como uma ferramenta de controle e doutrinação. Mustafá explica que, em 1935, com a criação da Emissora Nacional, Salazar implementou uma política de comunicação centrada na difusão de valores conservadores e na preservação da ordem social. A autora destaca que o veículo atuou como uma peça-chave no sistema de propaganda do regime salazarista.

Enquanto Vargas utilizava o rádio para se aproximar do povo, Salazar via o rádio como um instrumento para educar e disciplinar a população. A Emissora Nacional, dirigida pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) sob a liderança de António Ferro, foi criada com o objetivo de promover os valores do Estado Novo e garantir que a mensagem do governo chegasse a todos os lares

portugueses. Salazar entendia o rádio como uma ferramenta não apenas de informação, mas de moldagem moral e política da sociedade, preservando os ideais conservadores e católicos que ele acreditava serem os pilares de uma nação estável. O SPN, diferentemente do DIP no Brasil, tinha uma orientação mais pedagógica do que populista, promovendo o espírito nacionalista tradicional, vinculado à ruralidade e à religião.

A autora aborda o discurso conservador de Salazar, que enfatizava a ideia de um Portugal agrário, católico e imune às influências modernas e estrangeiras. Esse discurso foi amplamente transmitido pelo rádio, moldando a percepção pública sobre o regime. O rádio em Portugal, ao contrário do Brasil, não se centrava em programas de entretenimento ou na aproximação emocional com o público, mas na difusão de uma mensagem moral e educativa. Para Salazar, o novo veículo de comunicação era uma ferramenta para disciplinar a sociedade, e não para cativá-la.

Mustafá destaca ainda que, embora o controle sobre o rádio fosse rigoroso, Salazar preferia não se envolver diretamente nas transmissões. Ao contrário de Vargas, que regularmente se dirigia à nação via rádio, Salazar mantinha uma distância calculada. Ele acreditava que a eficiência de sua propaganda residia na estabilidade e na repetição constante dos valores do Estado Novo, e não em um apelo direto às massas. A autora observa que o líder português se apresentava como uma figura paternalista e distanciada, que governava com base em uma moral superior e não em uma conexão direta com o povo.

Outra diferença importante entre os regimes de Vargas e Salazar é o foco temático das transmissões de rádio. Enquanto no Brasil o rádio era utilizado para promover a industrialização e o progresso, em Portugal, as transmissões focavam na preservação da identidade nacional e nos valores tradicionais. Mustafá destaca como o Estado Novo português enfatizava a preservação da ordem, o respeito à hierarquia e a obediência ao governo como formas de proteger a nação de influências externas, especialmente durante a Segunda

Guerra Mundial. O rádio foi uma ferramenta essencial para reforçar essas mensagens e garantir que a população permanecesse leal ao regime.

Finalmente, a autora analisa como o controle rígido sobre o conteúdo transmitido pela Emissora Nacional foi eficaz em criar uma narrativa para os cidadãos portugueses. Através de uma combinação de censura e propaganda, o regime de Salazar conseguiu manter o controle sobre a informação que chegava ao público, promovendo uma visão de estabilidade e prosperidade que contrastava com a realidade de dificuldades econômicas e sociais que Portugal enfrentava. Mustafá argumenta que o uso do rádio por Salazar foi central para a manutenção do regime por décadas, garantindo que a oposição e as críticas fossem silenciadas, e que o governo pudesse continuar promovendo seus valores sem contestação.

O quarto capítulo da obra é dedicado à análise comparativa das duas principais emissoras de rádio controladas pelos regimes de Vargas e Salazar: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Emissora Nacional de Portugal. Mustafá faz uma descrição detalhada da história e da evolução de ambas as emissoras, destacando suas semelhanças e diferenças no uso do rádio como ferramenta de propaganda política. A autora destaca que, embora ambas as emissoras tenham sido criadas com o objetivo de promover os valores do Estado, elas seguiram caminhos distintos, refletindo as particularidades dos regimes de Vargas e Salazar.

No Brasil, a Rádio Nacional foi fundada em 1936 como uma emissora privada, mas foi nacionalizada em 1940, passando a ser controlada pelo governo de Vargas. A partir de então, tornou-se o principal meio de comunicação do Estado Novo, transmitindo programas de entretenimento, notícias e discursos do governo. Mustafá explica que a Rádio Nacional se tornou um símbolo do poder de Vargas, sendo utilizada para promover a modernização do país, a industrialização e as políticas sociais que caracterizaram o Estado Novo. A autora discute o papel da Rádio Nacional como um veículo de construção da identidade nacional e da cidadania, especialmente nas áreas urbanas.

Por outro lado, em Portugal, a Emissora Nacional foi criada em 1935 como uma emissora estatal desde o início, com o objetivo de promover os valores conservadores do Estado Novo. A Emissora Nacional, sob o controle do SPN, teve uma abordagem mais austera e formal, com uma programação que priorizava palestras, conferências e discursos políticos. Mustafá destaca que, enquanto a Rádio Nacional do Brasil utilizava o entretenimento como uma forma de atrair o público e promover a propaganda de Vargas, a Emissora Nacional de Portugal mantinha um foco mais rígido na difusão dos valores tradicionais e na educação da população.

Mustafá aborda como a Emissora Nacional foi utilizada pelo regime de Salazar para consolidar uma ideologia nacionalista baseada na religião, no ruralismo e na obediência ao governo. A autora argumenta que a programação da Emissora Nacional refletia a ideologia conservadora do Estado Novo, sendo uma ferramenta essencial para a preservação da ordem e da estabilidade social. Ao contrário da Rádio Nacional, que era um símbolo de progresso e modernização, a Emissora Nacional promovia uma visão de continuidade e tradição, rejeitando as mudanças trazidas pela modernidade.

Outro ponto importante abordado por Mustafá é o papel das duas emissoras durante a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, a Rádio Nacional foi fundamental para moldar a opinião pública sobre a participação do país no conflito, transmitindo notícias e reportagens que enfatizavam o papel do Brasil como aliado dos Estados Unidos e das forças democráticas. Em Portugal, a Emissora Nacional manteve uma postura mais neutra, refletindo a política de neutralidade de Salazar durante a guerra. Mustafá destaca que, embora o rádio tenha sido utilizado de maneiras diferentes durante o conflito, em ambos os países ele foi essencial para manter o controle sobre a narrativa oficial e evitar críticas ao governo.

Não obstante, Mustafá compara o impacto social das duas emissoras, destacando que, enquanto a Rádio Nacional tinha um apelo popular mais amplo, especialmente nas áreas urbanas, a Emissora Nacional era mais limitada em seu

alcance, sendo ouvida principalmente pelas classes médias e altas de Portugal. No entanto, em ambos os casos, o rádio foi uma ferramenta crucial para a manutenção dos regimes autoritários, permitindo que Vargas e Salazar controlassem a informação e moldassem a opinião pública de acordo com seus interesses. A autora observa que, embora as emissoras tenham seguido caminhos diferentes, elas foram igualmente eficazes em promover os valores do Estado e consolidar o poder dos dois líderes.

No capítulo final, Mustafá faz uma análise comparada das semelhanças e diferenças entre o uso do rádio pelos regimes de Vargas e Salazar, destacando como o meio foi central para a consolidação de seus poderes. A autora argumenta que, embora os dois líderes tenham utilizado o rádio de maneiras diferentes, ambos reconheceram seu potencial como ferramenta de controle e manipulação da opinião pública. Mustafá observa como a propaganda moderna, especialmente através do rádio, foi essencial para criar uma narrativa única e unificada que favorecia os interesses do Estado.

Uma das principais semelhanças entre os dois regimes foi o uso do rádio como um meio de censura e controle da informação. Tanto Vargas quanto Salazar implementaram políticas rigorosas de censura que garantiam que apenas as mensagens favoráveis ao governo fossem transmitidas. Mustafá lembra que o DIP, no Brasil, e o SPN, em Portugal, desempenharam papéis fundamentais na supervisão do conteúdo transmitido pelas emissoras de rádio. A censura foi uma ferramenta essencial para garantir que as emissoras não se tornassem um espaço para o dissenso ou para a oposição política.

No entanto, Mustafá também destaca as diferenças nas abordagens dos dois regimes em relação ao uso do rádio. Enquanto Vargas utilizava o meio de forma mais populista, buscando uma conexão emocional direta com as massas, Salazar mantinha uma postura mais distante e formal. Mustafá ressalta como o populismo de Vargas foi essencial para sua capacidade de mobilizar o apoio popular, enquanto Salazar confiava mais em um controle rígido e na promoção de valores conservadores. Essa diferença refletia as personalidades dos dois

líderes e suas abordagens distintas para o exercício do poder.

Outro ponto de diferença destacado por Mustafá é o conteúdo das transmissões de rádio em ambos os países. No Brasil, a Rádio Nacional tinha uma programação mais variada, que incluía entretenimento, notícias e discursos políticos, enquanto em Portugal, a Emissora Nacional focava em uma programação mais austera, voltada para a educação e a promoção dos valores conservadores do Estado Novo. Essa diferença de abordagem reflete as diferentes formas como Vargas e Salazar viam o papel do Estado na sociedade. Para Vargas, o rádio era uma ferramenta de integração nacional e modernização, enquanto para Salazar, ele servia para preservar a ordem e os valores tradicionais.

Outro aspecto importante abordado por Mustafá é a relação entre o rádio e a política externa dos dois regimes. Durante a Segunda Guerra Mundial, o rádio foi um instrumento essencial para moldar a opinião pública em ambos os países. No Brasil, a Rádio Nacional foi utilizada para promover a participação do país na guerra ao lado dos Aliados, transmitindo notícias e discursos que exaltavam a luta pela democracia. Em Portugal, a política de neutralidade de Salazar foi reforçada pelas transmissões da Emissora Nacional, que evitavam qualquer alinhamento explícito com os blocos em guerra. Mustafá destaca o papel do rádio para a construção da narrativa oficial de neutralidade em Portugal, enquanto no Brasil ele serviu para justificar a entrada do país no conflito.

Por fim, Mustafá conclui que, embora as abordagens dos dois regimes em relação ao rádio fossem diferentes, ambos reconheceram seu potencial como uma ferramenta de controle social e político. O rádio permitiu que Vargas e Salazar moldassem a percepção pública de seus regimes, promovendo suas ideologias e suprimindo qualquer forma de oposição. A autora ressalta que o legado do uso do rádio por esses regimes autoritários nos ajuda a entender como a mídia continua a ser utilizada como uma ferramenta de poder em contextos políticos contemporâneos. Ao traçar um paralelo entre os regimes de Vargas e Salazar, a autora oferece uma compreensão aprofundada de como o rádio foi

instrumental para a manutenção do poder em regimes autoritários no século XX.

Na conclusão, Izani Mustafá reflete sobre o legado do rádio como ferramenta de propaganda em regimes autoritários, destacando como Vargas e Salazar utilizaram as emissoras estatais para consolidar seus poderes e manipular a opinião pública. A autora argumenta que o rádio foi o meio de comunicação mais eficiente para alcançar grandes massas de maneira rápida e eficaz, permitindo que os regimes controlassem a narrativa pública sem a interferência de outros meios de comunicação. Mustafá lembra como a propaganda via rádio não era apenas informativa, mas visava moldar comportamentos e crenças, consolidando o poder dos líderes.

Embora o rádio tenha perdido parte de seu protagonismo com o advento da televisão e, mais tarde, da internet, Mustafá argumenta que o controle sobre a mídia continua a ser uma ferramenta central para regimes autoritários e democráticos. A obra conclui que o estudo do uso político do rádio por Vargas e Salazar oferece lições importantes sobre o poder da mídia na formação da opinião pública e na legitimação de regimes políticos.

A obra de Mustafá proporciona uma análise fundamental sobre a intersecção entre comunicação, poder e regimes autoritários. Ao traçar um paralelo entre os contextos do Brasil e de Portugal, a autora não apenas revela o papel central do rádio na construção e consolidação de ambos os regimes, mas também amplia nossa compreensão sobre como os meios de comunicação podem ser instrumentalizados para perpetuar ideologias políticas e culturais. O uso do rádio, nas mãos de Vargas e Salazar, não foi apenas uma estratégia para controlar a informação e suprimir o dissenso, mas uma ferramenta poderosa de construção de identidades nacionais e manutenção da hegemonia.

O diferencial da obra de Mustafá reside na abordagem comparada e na profundidade com que a autora investiga as particularidades de cada regime, ao mesmo tempo que revela semelhanças estruturais no uso da propaganda radiofônica. Através de uma investigação cuidadosa a autora oferece uma análise crítica robusta sobre como Vargas e Salazar adaptaram o rádio para seus

fins políticos, cada um dentro de seu próprio contexto histórico e social.

Não obstante, a obra se destaca ao conectar o passado com implicações contemporâneas, sugerindo que as lições aprendidas com o uso do rádio em regimes autoritários do século XX continuam relevantes nos dias atuais. Mustafá nos alerta para a importância de compreender como os meios de comunicação de massa podem ser manipulados por governos para controlar narrativas, moldar comportamentos e perpetuar sistemas de poder. Essa reflexão é especialmente pertinente num cenário global em que o controle sobre a mídia continua sendo uma questão central em muitos regimes políticos, autoritários ou democráticos.

Em suma, o livro de Izani Mustafá é uma leitura indispensável para qualquer estudioso interessado em comunicação política, história dos meios de comunicação e regimes autoritários. Sua contribuição não se limita a uma análise histórica detalhada, mas também oferece uma perspectiva crítica sobre o papel da mídia na formação da opinião pública e na legitimação de regimes políticos. A obra demonstra que, tanto no passado quanto no presente, a mídia – em particular, o rádio – permanece uma ferramenta essencial para o exercício e a manutenção do poder, lembrando-nos da importância de uma análise crítica e contínua sobre o controle da informação em sociedades democráticas

## Referências

BERNAYS, Edward. **Propaganda**. Renewed by Anne F. Bernays. Lisboa: Mareantes Editora, Unipessoal, Lda, 2005.

FAUSTO, Boris. **O Pensamento Nacionalista autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o Veículo, a História e a Técnica**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso a Síntese Radiofônica Mundial que fez História**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

LOPES, Sonia de Castro. **Lourival Fontes: as duas faces do poder**. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

MUSTAFÁ, Izani. **O uso político do rádio pelos ditadores Getúlio Vargas e António Salazar – 1930-1945**. Florianópolis: Insular, 2024.